



Gonçalves (D) assina a posse ao lado de Spínola (E) e Costa Gomes, no Palácio

Itamarati reconhece Guiné e a saúda como nação irmã

O Governo brasileiro reconheceu ontem a independência da Guiné-Bissau, ao tomar a decisão de apoiar o seu ingresso na ONU. O Ministério do Exterior expressou em nota oficial "a particular satisfação com que o Governo brasileiro recebe a incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional".

O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Brasil foi negociado pelo representante do novo país afri-

cano em Nova Iorque, Sr. Júlio Semedo, e o chefe interino da Missão Brasileira na ONU, Ministro Luís Paulo Lindenberg Sette. O Brasil atendeu integralmente ao pedido do Embaixador da ex-colônia portuguesa.

Apontado como o último Governo provisório até as eleições para a Assembléa Constituinte, tomou posse ontem o novo Gabinete português, chefiado pelo Coronel Vasco Gonçalves, alinhando como tarefas principais a normalização do

país, a redução da taxa de inflação a 30% e a solução do estado de guerra nas colônias africanas.

Ao empossar o Gabinete, o General Spínola afirmou que "terminou a euforia pós-revolucionária e é preciso voltar ao trabalho firme, eliminando a anarquia que ameaça a liberdade que desejamos". Advertiu que qualquer tentativa de subverter a disciplina será considerada traição à liberdade e à democracia. (Páginas 3 e 11)

Brasil: 1ª nação a reconhecer Guiné-Bissau

C/jm

A NOVA REPUBLICA

O Governo brasileiro decidiu reconhecer a República da Guiné-Bissau, atendendo pedido formulado ao representante do Brasil nas Nações Unidas, Embaixador Luiz Paulo Lindemberg Setti, pelo observador permanente da Guiné-Bissau junto àquele órgão, Sr. Julio Semedo. Este, durante entrevista com o representante brasileiro, solicitou o apoio do Brasil ao pedido da Guiné-Bissau de admissão como membro da Organização das Nações Unidas, a ser apresentado por ocasião da próxima Assembleia Geral.

Nota oficial distribuída ontem pelo Itamarati afirma que o Brasil "decidiu atender o pedido do Representante daquele País africano. A incorporação de uma nova Nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo Governo brasileiro".

O RECONHECIMENTO

O Brasil decidiu reconhecer a República da Guiné-Bissau, independentemente do aspecto político e jurídico da questão, que implica na aceitação de um Governo pela maioria popular e na fixação dos limites territoriais.

Essas questões, somadas ao problema de anexação das Ilhas de Cabo Verde ao novo território -problema este que será resolvido futuramente - só poderiam retardar o reconhecimento brasileiro à nova República implantada na ex-colônia portuguesa, quando nem mesmo problemas de ordem ideológica existem entre Portugal e Guiné-Bissau.

PRENUNCIO

O reconhecimento da República da Guiné-Bissau pelo Brasil foi habilmente prenunciado pelo Chanceler Azeredo da Silveira, recentemente, em discurso proferido no Clube Naval de Brasília, durante homenagem que lhe prestava o Corpo Diplomático estrangeiro acreditado junto ao Governo brasileiro.

Depois do assunto Portugal-Colônias Africanas cair num certo esquecimento, o chanceler Azeredo da Silveira fez-lo voltar à baila, quando em seu pronunciamento, afirmou que "a política externa brasileira está empenhada em ajudar a desfazer equívocos herdados de situações políticas internacionais superadas pela História". Defendeu ainda o reconhecimento sujeitos a formas de dominação colonial

A Guiné-Bissau é limitada ao norte pelo Senegal, a leste e sudeste pela antiga Guiné francesa e a sudoeste e oeste pelo Oceano Atlântico.

Com uma área de 36.125 quilômetros quadrados, a Guiné-Bissau, de baixa altitude, inclui algumas ilhas ao longo da costa, possuindo um terço coberto de florestas. Há uma região considerável de terras incultas e pantanosas, dividida por rios, e 10% de terras são periodicamente cobertos de águas, devido à maré. Os principais grupos tribais são os balante (30%), fulani (20%), mand-yako (14%) e pepel (17%).

A região foi visitada, primeiramente, pelos portugueses, em 1947, transformando-se numa fonte de escravos, desde o século XVI; foi dependência de Cabo Verde até 1879.

A província vinha sendo administrada por um Governador responsável perante o Ministro de Territórios Ultramar em Portugal.

Sua agricultura é de subsistência e as exportações agrícolas são, na maioria, de sementes oleaginosas. Outros exportados são cera, marfim e couro. Os maiores problemas sanitários da Guiné-Bissau continuam sendo a tuberculose, o tracoma e infecções parasitárias. Parte da população é islâmica, havendo também muitos cristãos.

NOTA DO ITAMARATI

Na íntegra, esta foi a nota expedida pelo Palácio do Itamarati:

"O representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu, no dia 16, na sede da Missão em Nova York, o Embaixador Julio Semedo, Observador Permanente da República de Guiné-Bissau junto à Organização mundial. No curso da entrevista, solicitou aquele representante o apoio do Brasil ao pedido de Guiné-Bissau de admissão como membro da Organização das Nações Unidas, a ser apresentado por ocasião da próxima Assembleia Geral. O Governo brasileiro decidiu atender o pedido do Representante daquele país africano. A incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo Governo brasileiro".

Por outro lado O presidente português General Antonio de Spínola, advertiu, ontem em Lisboa, o país afirmando que terminou a euforia pós-revolucionária e que é preciso voltar ao trabalho firme, eliminando a "anarquia que ameaça a liberdade que desejamos".

Falando no palácio de Belém, durante a cerimônia de juramento do Ministério do Primeiro-Ministro, coronel Vasco dos Santos Gonçalves, afirmou que "esse clima de anarquia não pode continuar. Não fizemos a revolução para permitir que a situação fosse de um extremo ao outro".

Devem terminar os excessos evidentes nas ruas, estabelecimentos comerciais, colegios, inclusive na administração pública, que têm grandes responsabilidades sociais".

"Não nos enganemos. Não teremos uma democracia a menos que institucionalizemos a disciplina e isso não será conseguido num clima de anarquia".

"Qualquer tentativa de subverter a disciplina será considerada uma traição contra a liberdade e a democracia".

19/07/74

BRASILIA (O GLOBO) — O Brasil reconheceu ontem o Governo independente da República de Guiné-Bissau e o Itamarati, em comunicado oficial, informou que apoiará seu ingresso na ONU durante a próxima Assembléia Geral da organização.

Os contatos entre o Brasil e Guiné-Bissau foram mantidos na sede da ONU pelo Embaixador brasileiro e o observador permanente da nova república junto a esta organização.

É a seguinte a nota distribuída pelo Itamarati:

"O representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu no dia 16, na sede da missão, em Nova York, o Embaixador Julio Semedo, observador permanente da República da Guiné-Bissau junto à organização mundial. No curso da entrevista, solicitou aquele representante o apoio do Brasil ao pedido da Guiné-Bissau de admissão como membro da Organização das Nações Unidas, a ser apresentado por ocasião da próxima Assembléia Geral. O Governo brasileiro decidiu atender o pedido do representante daquele país africano. A incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo Governo brasileiro."

Descolonização

Para os especialistas brasileiros, o reconhecimento da Guiné-Bissau representa o ponto culminante de uma política gradativa, mas irreversível, de manifestar o apoio à descolonização africana. Segundo estes especialistas, o Brasil se coloca agora numa posição das mais credenciadas para exercer influência na aceleração do processo de independência das demais províncias portuguesas.

Há menos de um ano, na última Assembléia da ONU, o Brasil foi um dos cinco países que votaram contra o reconhecimento da Guiné-Bissau. A partir daí, a posição brasileira evoluiu bastante, com reiteradas manifestações a favor das nações africanas e declarações do apoio brasileiro a seu esforço pela independência.

Para diplomatas brasileiros, a decisão tomada esta semana e ontem anunciada representa "um momento histórico na política externa brasileira e um marco para o futuro".

Segundo eles, foi muito importante a antecipação da diplomacia brasileira, no momento em que Portugal atravessa um complexo pro-

cesso de revisão e no qual cada manifestação de peso internacional pode ser vital.

Sem atraso

Esses especialistas repelem vigorosamente a tese de que a posição brasileira surge "com atraso" em relação a outros países, que manifestaram seu apoio a Guiné-Bissau desde o ano passado, mas numa atitude esvaziada de sentido pela facilidade e freqüência com que se produzem decisões desse tipo.

A manifestação do Brasil, que segue uma política externa dentro de um sentido maior e a longo prazo, tende a produzir impacto maior e se refletir mais concretamente no processo de independência dos territórios sob administração de Portugal.

Acentuam estes especialistas a importância de se evitar a questão da Ilha de Cabo Verde no processo de independência da Guiné-Bissau. As partes concordam em que a discussão sobre uma eventual união entre Guiné e Cabo Verde apenas atrasaria um processo que já se encontra em fase adiantada.

A decisão brasileira — frisaram — terá profundas repercussões em Portugal "onde a crise nacional tem sua raiz na questão africana". Entendem que as famílias portuguesas, cansadas de ver seus filhos serem levados para o ultramar nos grandes contingentes militares necessários à manutenção do domínio colonial funcionam hoje como forte elemento de pressão para um encaminhamento rápido e in-crumento da questão africana.

Partindo desta análise, os especialistas brasileiros minimizam as interpretações que vêm sendo feitas sobre as correntes políticas ou ideológicas que predominam no novo regime português. Para o Brasil, Portugal sofre não as causas, mas as conseqüências do que ocorre em suas províncias.

Um experimentado diplomata do Itamarati comparava ontem o processo português a uma flor, "com as pétalas em Lisboa mas com a raiz e o caule na África". E acrescentava: "Não adianta saber se a flor é vermelha ou azul ou mesmo se está murchando — o importante é verificar como está a raiz."

Reconhecimento internacional

Reconhecida por quase 90 países, pela Organização da Unidade Africana (OUA) e as Nações Unidas, a República da Guiné-Bissau foi proclamada, sob protestos de Lisboa, em setembro do ano passado, refletindo o êxito do movimento armado iniciado em 1963 por Amílcar Cabral, morto em combate em janeiro do ano passado.

Anunciando a independência para os dois terços do território sob seu controle, o Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde — PAIGC — comunicava a constituição de um Conselho de Estado, presidido pelo líder revolucionário Luís Cabral e informava que "a sede da República estava localizada na região de Madina-Boe".

Em Lisboa, o Governo de Marcelo Caetano negou que tivesse perdido o controle do território: "Trata-se de uma fantasia. Não existe nenhuma região desta Província fora do domínio das autoridades de Lisboa".

Em dezembro, a Assembléia Geral das Nações Unidas, além de reconhecer a República da Guiné-Bissau como soberana sobre a Guiné Portuguesa, exigiu que Portugal retirasse suas tropas da África Ocidental.

Com o retorno de Portugal à democracia, representantes do Governo de Lisboa começaram a negociar pacificamente com membros do PAIGC, no Hyde Park, em Londres: para Portugal, trata-se de dar o primeiro passo para o desengajamento militar total de suas províncias; para os representantes da nova República de Guiné-Bissau, o reconhecimento absoluto de sua independência.

O ponto que levou, no entanto, ao rompimento das conversações entre o Chanceler de Portugal Mário Soares e Pedro Pires, representante do PAIGC foi o futuro das Ilhas de Cabo Verde: o PAIGC quer o reconhecimento do Cabo Verde simultâneo com o da Guiné; Portugal teme que o arquipélago, cuja posição estratégica no Atlântico é importante para a OTAN, uma vez independente, venha a se transformar numa base soviética.

Com 35 125 quilômetros quadrados e uma população de pescadores, pastores e agricultores de 600 mil habitantes, a Guiné-Bissau vive à base de uma economia agrária. O principal produto da região é o arroz, insuficiente para atender o consumo local. Há, porém, exportação de óleo vegetal, cera, amendoim e madeira. Na verdade, a nova república não dispõe de amplas riquezas naturais, embora seja possível que os indícios de ouro, bauxita e outros minerais possam refletir recursos inexplorados.

A população se ramifica em pelo menos 17 grupos étnicos, como os balantes (27%), Fulas (21%), Mandjakes (14%), Mandinkas (12%). Cada um deles fala seu próprio idioma, mas a língua oficial é o português. O PAIGC, porém, usa o crioulo — uma mistura de português com as línguas nativas — para se comunicar com as diferentes tribos. Quase a metade do povo é composta de muçulmanos, enquanto apenas 4% são católicos. O restante pratica cultos geralmente animistas.

" O GLOBO "

19/07/74

2

Brasil reconhece a República de Guiné-Bissau

Os rebeldes ocupam dois terços da Guiné-Bissau



Brasil reconhece a República da Guiné-Bissau

O Brasil decidiu ontem reconhecer o Governo independente da República da Guiné-Bissau e apoiar seu ingresso nas Nações Unidas durante a próxima Assembléia Geral da organização mundial. Segundo comunicado oficial do Itamarati, o Brasil recebe com grande satisfação "a incorporação de

uma nova nação de língua portuguesa na comunidade internacional". Para os especialistas brasileiros em questões internacionais, a decisão brasileira terá profundas repercussões em Portugal e ajudará a acelerar o processo de independências das demais províncias portuguesas. (Página 13)

Brasil reconhece Guiné-Bissau sem esperar que Portugal decida

O Brasil atendeu ao pedido da Guiné-Bissau e votará a favor de sua admissão como membro da ONU, em setembro, o que vale, também, como um reconhecimento formal à independência (já proclamada unilateralmente, no ano passado, num lugar qualquer em meio à floresta) da ex-colônia portuguesa na África. O fato foi divulgado, ontem, pelo Ministério das Relações Exteriores, através de nota oficial, onde se explica que o representante do Brasil na ONU foi procurado, no dia 16, pelo observador permanente de Guiné-Bissau junto ao organismo, quando solicitou o apoio brasileiro.

A nota esclarece que o Governo brasileiro decidiu atender o pedido, concluindo com uma saudação que é uma clara e inequívoca abertura também para o futuro das outras colônias: "A incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo Governo brasileiro".

No ano passado, o Brasil — sob a legação de que a pretensão era uma utopia (uma vez que os guerrilheiros de umé não dominavam o território) — via votado contra a admissão da Guiné-Bissau na ONU.

Entretanto, de lá para cá muitas coisas mudaram, a começar pelo esclarecimento de "equivocos herdados de situações políticas internacionais, superadas pela História", conforme disse, na semana passada, o ministro Azeredo da Silveira.

Silveira, que fez essa declaração no Clube Naval de Brasília, numa homenagem que lhe prestou todo o Corpo Diplomático acreditado na capital, dava prosseguimento à política de aproximação com a África e antecipava o fato divulgado ontem, quando reiterava "a urgência do acesso à comunidade de nações livres, de povos ainda sujeitos a formas de dominação colonial".

Observadores indicam, ainda, que a atitude brasileira representa o prolongamento de sua resposta ao apelo dos países da África Negra (menos África do Sul e Rodésia) para que intercedesse junto ao novo Governo português no sentido de que suas colônias fossem libertadas. O apelo foi divulgado em Brasília no dia quatro de julho e a nota de ontem confirma um princípio da política externa brasileira: "A exata medida de nossa independência em relação ao problema da descolonização", conforme enfatizou um diplomata.



Amílcar Cabral, hoje, passado um ano e meio do seu assassinato, já é o herói da luta pela independência de Guiné-Bissau. Nascido no território, em 1925, costumava dizer: "Sou um simples africano que quis saldar sua dívida para com seu povo e viver uma época."

Engenheiro-agrônomo, não quis desenvolver uma promissora carreira profissional. Ao contrário, já em 1954 fundava em Lisboa o Movimento Anticolonialista e, dois anos mais tarde, o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde), que dirigiu até a sua morte.

Seu talento de organizador e teórico, aliado à coragem física, deram-lhe grande prestígio em todo o mundo. Sua ação contribuiu enormemente para despertar a atenção das Nações Unidas para os problemas dos territórios africanos ocupados por Portugal. A ONU, inclusive, foi um dos seus campos de batalha: no diálogo com os representantes de outros países, abriu uma frente de luta, em busca do reconhecimento à independência. Conseguiu. Restava, ainda a seus



Amílcar Cabral

sucessores, superar outro obstáculo: a aceitação como membro da ONU. Alguns países votaram contra, no ano passado, entre eles o Brasil. Agora, com a disposição do Governo brasileiro em votar pelo ingresso, ressurge a figura de Amílcar Cabral. Principalmente porque já foram, "superados os equívocos" e os povos negros da África contarão com a solidariedade da também ex-colônia portuguesa na sua "luta pela libertação nacional e independência, que se tornou uma força imensa de progresso humano e uma característica essencial de nossa época", como afirma Amílcar.

Brasil reconhece Guiné e pede seu ingresso na ONU

Brasília (Sucursal) — O Brasil reconheceu ontem a independência da Guiné-Bissau através de um comunicado em que o Itamarati anuncia a decisão de apoiar o ingresso dessa República na Organização das Nações Unidas e expressa "a particular satisfação com que o Governo brasileiro recebe a incorporação de uma nova Nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional".

O Itamarati informou que o observador permanente da República de Guiné-Bissau nas Nações Unidas, Embaixador Júlio Semedo, entrevistou-se na terça-feira com o chefe interino da missão brasileira, Ministro Luís Paulo Lindenberg Sette, para solicitar o apoio do Brasil ao pedido de ingresso de seu país como membro da ONU. "O Governo brasileiro — anuncia a nota — decidiu atender o pedido do representante daquele país africano".

DECISÃO

Esse anúncio que corresponde ao reconhecimento da independência da antiga colônia portuguesa foi feito às 18 horas de ontem — 26 horas depois de uma reunião que o Chanceler Azeredo da Silveira

teve com o Presidente Ernesto Geisel no Palácio do Planalto.

E' o seguinte o texto do comunicado, distribuído pela Assessoria de Imprensa do Gabinete do Chanceler Silveira:

"O representante do Brasil nas Nações Unidas recebeu, no dia 16, na sede da missão em Nova Iorque, o Embaixador Júlio Semedo, observador permanente da República de Guiné-Bissau junto à Organização mundial. No curso da entrevista, solicitou aquele representante o apoio do Brasil ao pedido de Guiné-Bissau de admissão como membro da Organização das Nações Unidas, a ser apresentado por ocasião da próxima Assembléia-Geral. O Governo brasileiro decidiu atender o pedido do representante daquele país africano. A incorporação de uma nova Nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional é recebida com particular satisfação pelo Governo brasileiro".

RECONHECIMENTO

No caso, segundo as normas internacionais, a simples referência ao nome da República de Guiné-Bissau, de um seu representante com status de embaixador e a garantia de apoio ao pedido de in-

gresso na organização mundial, em conjunto, num comunicado oficial da Chancelaria brasileira, tem o valor de uma declaração de reconhecimento da independência do território até agora parcialmente mantido sob domínio de Portugal. Isso implica, igualmente, em admitir a existência, na Guiné, de um Governo soberano que, total ou parcialmente, detém o controle de fato e de direito do território com o qual o Brasil passará a dialogar diretamente de agora por diante. Esse Governo é chefiado pelo Sr. Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado criado em janeiro passado, que tem como Ministro das Relações Exteriores o Sr. Victor Maria Saúde.

OMISSÃO HÁBIL

Habilmente, no documento divulgado ontem, o Ministério das Relações Exteriores não faz qualquer referência à ilha de Cabo Verde, evitando a definição do Brasil quanto ao problema da inclusão ou não daquele território no processo de independência negociado pelo Chanceler português Mário Soares com os representantes do PAIGC — Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde, em Londres e Dacar.